OAB/SP – 136.º EXAME DE ORDEM/2008

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Direito Civil e Processual Civil

PEÇA PROFISSIONAL – PONTO 1

Espera-se que o(a) examinando(a) elabore uma petição inicial de uma ação de execução de obrigação de fazer (arts. 632-638, c/c o art. 585, inciso II, 2.ª parte, todos do CPC), em que a empresa “A” figure como exeqüente e a empresa “B” como executada.

A dita peça processual deverá consignar em seu bojo:

- a) o juízo destinatário (juízo cível do domicílio do exeqüente — art. 100, inciso IV, alínea d, do CPC) ou, alternativamente, o juízo cível do domicílio da executada (art. 94 do CPC);
- b) a qualificação das partes (art. 282, inciso II, do CPC);
- c) a indicação da espécie de execução (execução de obrigação de fazer lastreada em título executivo extrajudicial — art. 615, inciso I, c/c os arts. 632-638, todos do CPC);
- d) o fato constitutivo da obrigação de fazer (o acordo de vontades, seu instrumento e objeto, o preço, o local e o prazo da entrega, a forma de pagamento etc. — art. 282, inciso III, 1.ª parte, do CPC);
- e) o fundamento jurídico do pedido (o inadimplemento da devedora — art. 282, inciso III, 2.ª parte, do CPC);
- f) a indicação dos fundamentos legais de direito material e processual (arts. 247/249 do CC/02; arts. 282, 585, inciso II, 614, 615 e 632-638 do CPC);
- g) os pedidos e requerimentos:
 1. recebimento da petição inicial e dos documentos que a instruem (art. 37, 614, inciso I, do CPC);
 2. citação da executada para cumprir a obrigação no prazo de trinta (30) dias, ou prazo que o juiz vier a fixar, observadas as regras previstas no art. 172, §§ 1.º e 2.º, do CPC (arts. 282, inciso VII, 614, 632, todos do CPC);
 3. se a obrigação não for satisfeita no prazo fixado, seja ela executada por terceiro ou pelo próprio credor ou por pessoa sob sua direção e vigilância, à custa do executado (art. 633, c/c 637 do CPC);
 4. se a obrigação for prestada de forma incompleta ou defeituosa, seja ela completada ou reparada pela exeqüente, à custa da executada (art. 636 do CPC);
 5. expedição de guia para depósito da quantia de R\$ 25.000,00 (art. 615, inciso IV, c/c art. 582, todos do CPC);
 6. se, por qualquer motivo, a obrigação de fazer não for cumprida, proceda-se à sua conversão em perdas e danos, no valor de R\$ 25.000,00, acrescido de correção monetária e juros, prosseguindo-se na forma do art. 652 e seguintes do CPC (art. 633 do CPC);
- h) o valor da causa: R\$ 50.000,00, equivalente ao valor do contrato (art. 282, inciso V, c/c art. 259, inciso V, todos do CPC).

PEÇA PROFISSIONAL – PONTO 2

Espera-se que o(a) examinando(a) elabore uma petição inicial de ação monitória (arts. 1.102A, 1.102B e 1.102C do CPC – rito especial) ou de ação de locupletamento (art. 61 da Lei 7.357/85 – rito sumário previsto nos arts. 275-281 do CPC) ou de ação de cobrança (também pelo rito comum sumário previsto nos arts. 275-281 do CPC), em que a Mercearia Secos e Molhados Ltda., representada por Júlio, figure como autora e Gilberto, como réu.

A dita peça processual deverá consignar em seu bojo:

- a. o juízo destinatário – o juízo cível do domicílio do réu (art. 94 do CPC);
- b. a qualificação das partes (art. 282, inciso II, do CPC);
- c. a indicação da tutela judicial pretendida (ação monitória, ação de locupletamento ou ação de cobrança);
- d. o fato constitutivo da compra e venda (o acordo de vontades, seu instrumento e objeto, o preço, a forma de pagamento etc. – art. 282, inciso III, 1.ª parte, do CPC);
- e. o fundamento jurídico do pedido (o inadimplemento do devedor – art. 282, inciso III, 2.ª parte, do CPC);
- f. a indicação dos fundamentos legais de direito material e processual (arts. 481-504, todos do CC/02; art. 61 da Lei n.º 7.347/85; arts. 275-281, 282, 1.102A, 1.102B e 1.102C, todos do CPC);

I. Tratando-se de ação monitória, os pedidos e requerimentos:

1. o recebimento da petição inicial e dos documentos que a instruem;
2. a citação do réu, bem como a sua intimação para cumprir o mandado de pagamento no prazo de quinze (15) dias ou para oferecer embargos monitórios, sob pena da conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, procedendo-se na forma do art. 475-J e seguintes do CPC (art. 282, inciso VII, c/c os arts. 1.102A, 1.102B e 1.102C do CPC), observadas as regras do art. 172, §§ 1.º e 2.º, do CPC;
3. a expedição de mandado de pagamento, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);
4. a conversão do mandado de pagamento em mandado executivo caso o réu não efetue o pagamento ou não ofereça embargos monitórios no prazo de quinze (15) dias;
5. no caso de oferecimento de embargos monitórios, sejam estes rejeitados de plano ou, se recebidos, sejam julgados improcedentes para o fim de se constituir, de pleno direito, o título executivo judicial;
6. a condenação do embargante ao pagamento dos honorários advocatícios, bem como ao ressarcimento das despesas processuais;
7. a produção de provas testemunhal, pericial e documental;

II) Os pedidos e requerimentos na ação de locupletamento e na ação de cobrança:

1. recebimento da petição inicial e dos documentos que a instruem;
2. citação do réu bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação a ser oportunamente designada pelo juízo (art. 277, c/c art. 282, inciso VII, do CPC), observadas as regras prescritas no art. 172, §§ 1.º e 2.º, do CPC;
3. a condenação do réu ao pagamento do valor principal (R\$ 10.000,00), acrescido de correção monetária (R\$ 500,00) e juros (R\$ 1.500,00);
4. a condenação do réu ao pagamento da verba honorária, bem como ao ressarcimento das despesas processuais;
5. a especificação de provas (observar a regra do art. 276 do CPC);
6. o valor da causa: R\$ 12.000,00 (art. 282, inciso V, c/c art. 259, inciso V, todos do CPC).

PEÇA PROFISSIONAL – PONTO 3

Espera-se que o(a) examinando(a) elabore uma petição inicial de ação de manutenção de posse cumulada com perdas e danos (arts. 920-931 do CPC), em que Teresa figure como requerente e Tardim como requerido.

A dita peça processual deverá consignar em seu bojo:

- a) o juízo destinatário (juízo cível da situação do imóvel – art. 95 do CPC);
- b) a qualificação das partes (art. 282, inciso II, do CPC);
- c) a indicação da espécie de tutela jurídica pretendida – ação de manutenção de posse cumulada com perdas e danos (arts. 920-931 do CPC);
- d) o fato constitutivo da posse e das perdas e danos (a posse, o seu título, a sua titularidade e a forma do seu exercício etc. – art. 282, inciso III, 1.ª parte, do CPC);
- e) o fundamento jurídico do pedido (a turbação, a data desta e o modo do seu exercício; os fatos que deram origem às perdas e aos danos, e o valor destas; o levantamento de cercas, construções ou plantações realizadas em detrimento da posse – art. 282, inciso III, 2.ª parte, c/c 921, incisos I e III, todos do CPC);
- f) a indicação dos fundamentos legais de direito material e processual (arts. 1.196-1.224 do CC/02; arts. 282, 920-931 do CPC);
- g) os pedidos e requerimentos:
 1. o recebimento da petição inicial e dos documentos instruídos;
 2. o deferimento de mandado liminar de manutenção de posse, independentemente de citação do réu (art. 928 do CPC);
 3. a citação do réu e sua intimação para contestar a ação, no prazo de quinze (15) dias (art. 931, c/c 297 do CPC), observadas as regras do art. 172, §§ 1.º e 2.º, do CPC;
 4. o pedido de manutenção de posse em sede definitiva;
 5. o pedido condenatório de perdas e danos no valor de R\$ 3.500,00. (art. 921, inciso I, do CPC);
 6. o pedido de desfazimento das cercas (art. 921, inciso III, do CPC);
 7. o pedido de fixação de multa pecuniária, no caso de nova turbação ou esbulho (art. 921, inciso II, do CPC);
 8. a indicação/especificação de provas (art. 282, inciso VI, do CPC);
- h) o valor da causa: R\$ 43.500,00 (art. 282, inciso V, c/c art. 259, inciso V, todos do CPC).

QUESTÃO 1

O(A) examinando(a) deve deduzir que a hipótese é de empréstimo na modalidade de comodato (arts. 579-585 do CC/02), pois, apesar de se tratar de bem fungível e consumível, os contratantes, por ato de vontade, transformaram-no em bem infungível. (Maria Helena Diniz. **Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 23.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p.326-327).

QUESTÃO 2

O(A) examinando(a) deve informar que não existe a possibilidade jurídica de Paulo pleitear a redibição da doação (arts. 441-446 do CC/02) feita por Carla, haja vista tratar-se de doação pura e simples, porquanto o direito de redibir só ocorre nos contratos comutativos ou de doações onerosas, gravadas com encargo. (Maria Helena Diniz. **Teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 23.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 121-122).

QUESTÃO 3

O(A) examinando(a) deve informar que a partilha deve contemplar o direito do cônjuge meeiro (R\$ 100.000,00) e do filho Pedro (R\$ 100.000,00). Os demais parentes não têm direito à herança de Petrônio. Mário é pré-morto, não tendo deixado descendente, e seus ascendentes (os pais) não herdam por representação, apenas por classe. Os pais e o irmão de Petrônio não herdam por direito próprio, pois a existência de herdeiro na classe dos descendentes afasta a legitimidade sucessória dos ascendentes e colaterais. Maria das Graças também não se qualifica como herdeira de Petrônio por força do regime de bens, que, no caso, é o da comunhão universal (arts. 1829-1856 do CC/02).

(Maria Helena Diniz. **Direito das sucessões**. 21.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 101-155).

QUESTÃO 4

O(A) examinando(a) deve informar ou indicar que Pedro, primeiramente, poderá oferecer contestação em que deverá esgotar todas as defesas pessoais, processuais e/ou de mérito, que detenha contra Sebastião. Além disso, na mesma peça de contestação ou em petição autônoma, deverá denunciar a lide em desfavor de Juarez (art. 70, inciso II, do CPC) e, quanto a este, deve informar a sua condição jurídica de proprietário-locador do bem objeto da ação reivindicatória, bem como requerer a condenação do denunciado por eventuais prejuízos materiais ou morais, desde que decorrentes da procedência ou improcedência da ação reivindicatória proposta por Sebastião.

(Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 89-93).

QUESTÃO 5

O(A) examinando(a) deve informar que Rodrigo deve propor uma ação de embargos de terceiros (art. 1.046-1.054 do CPC) em desfavor de Augusto. Segundo ensina Donizetti, “São pressupostos dos embargos de terceiros: a) uma apreensão judicial; b) a condição de senhor ou possuidor do bem; c) a qualidade de terceiro em relação ao processo do qual emanou a ordem judicial. Quanto à legitimidade ativa, o jurista esclarece que “Legitimado ativo para os embargos de terceiros é o terceiro, ou seja, aquele que, a despeito de não ser parte no processo, sofreu turbação ou esbulho na posse de seus bens”.

(Elpídio Donizetti. **Curso didático de direito processual civil**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007, p. 881-886).